

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 075
Período: de 29/03/03 a 04/04/03
Franca – Brasil

- 1 - A crise da Força Aérea Brasileira**
- 2 - Coluna critica defesa de abandono do Tratado de Não-Proliferação pelo Brasil**
- 3 – Exército deverá atuar na recuperação de rodovias**
- 4 – A crise da segurança pública e as Forças Armadas**
- 5 – José Viegas defende espaço físico da área da Defesa em Brasília**
- 6 – Forças Armadas vão coletar alimentos para o programa “Fome Zero”**
- 7 – Aniversário da “Revolução de 1964” não foi comemorado pelas Forças Armadas**
- 8 – Dois aviões da Força Aérea Brasileira caem no interior de São Paulo**
- 9 - Governo Federal quer integração no combate ao crime organizado**
- 10 – Presidente Lula falta à cerimônia militar e surpreende cúpula do Supremo Tribunal Militar**
- 11 – Feira de Defesa faz disputa por caças voltar a se acirrar**
- 12 – Exército instalará estações de tratamento móveis na cidade de Campos**
- 13 – Ministro da Defesa defende regime previdenciário específico para os militares**
- 14 - França defende presença brasileira no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU)**
- 15 - “31 de Março” não passou totalmente no esquecimento, informou coluna**
- 16 - Forças Armadas auxiliarão no policiamento do ponto turístico do Pão de Açúcar**

A crise da Força Aérea Brasileira

O jornal *Correio Braziliense*, em sua edição de 29 de março informou que o governo instituiu, por meio de portaria do ministro da Casa Civil José Dirceu, e publicada no Diário Oficial de 28 de março, um grupo de trabalho encarregado de elaborar cronogramas e implementar ações para a revitalização da Força Aérea Brasileira (FAB). O grupo será coordenado por Rodrigo Augusto Rodrigues (Casa Civil), e terá representantes do Ministério da Defesa, da Fazenda, do Planejamento e do Comando da Aeronáutica. Cerca de 70% da frota da FAB não pode voar por falta de combustíveis e de peças para reposição. Segundo o jornal, o quadro poderá ficar ainda mais grave a partir de meados de abril, caso não sejam repassadas para a Aeronáutica as verbas para aquisição emergencial de combustível. (*Correio Braziliense – Política - 29/03/03*).

Coluna critica defesa de abandono do Tratado de Não-Proliferação pelo Brasil

Alberto Dines, em sua coluna no *Jornal do Brasil* no sábado (29), faz uma análise do pânico e “irracionalidade” que acomete a humanidade devido ao conflito no Iraque. Dines afirmou que “as fúrias estão em toda parte e não apenas no Pentágono e na Casa Branca. (...) A guerra foi concebida e deflagrada pela prepotência estúpida mas está sendo aproveitada pela estratégia da irracionalidade”. Segundo Dines “apavorados estão os civis de Bogotá e Basra com o espectro da morte, mas apavorados também estão os civis espalhados pelo mundo que recusam o vale-tudo que nivela por baixo qualquer esforço individuante, humanizador (...)”. A crítica não visou exclusivamente à condenação da guerra, mas para denunciar alguns movimentos do setor político brasileiro no sentido da “deslegitimação” do mecanismo multilateral internacional, em especial o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Rumores a respeito do [desmentido] interesse do governo brasileiro em desenvolver e possuir armas atômicas já causaram um mal-estar no início do governo Lula. Alberto Dines informou que na quarta-feira (26) o senador da República

Roberto Saturnino (PT-RJ) dirigiu-se à tribuna do Senado para criticar a invasão americana ao Iraque, defendendo, em seguida, a Organização das Nações Unidas (ONU) e as soluções multilaterais para a resolução de contendas internacionais. Mas, de acordo com a coluna, o final da fala do senador defendeu a tese de que, caso a ONU não seja fortalecida e “se continuar valendo a tese da força bruta”, o Brasil deve repensar sua atitude com relação ao Tratado de Não Proliferação. Para Saturnino, “se o argumento é só da força, se não vale mais o Direito, se não vale a lei internacional, se não valem os organismos internacionais, se valem a força e o poder militar, então todos os países terão obrigação de se armar, melhorar sua posição militar em relação aos demais países do mundo... Se passa a imperar a força bruta cínica, é bom que adquiramos também, como nação, uma força que, pelo menos, tenha um caráter dissuasório, fabricando o que já podemos (fabricar)...” Alberto Dines apontou que, quando candidato à Presidência, Lula fez declarações interpretadas como uma promessa de rompimento com o mesmo Tratado de Não Proliferação, posteriormente desmentida por assessores. Dines acrescentou que “esse desmentido é para nós a posição do governo e interpreta o sentimento dos brasileiros verdadeiramente internacionalistas. Se a ONU foi violentada, não podemos violenta-la com ameaças que, além de tornar tenso o clima internacional, põe em risco nossa convivência com vizinhos”. (Jornal do Brasil – Colunas – Alberto Dines – 29/03/03)

Exército deverá atuar na recuperação de rodovias

Assim como vários outros programas do governo brasileiro, devido à crise orçamentária o Ministério dos Transportes afirmou que as verbas destinadas à recuperação das rodovias estão na iminência de ser recebidas e que contará com a ajuda do Exército Brasileiro para recuperar as estradas nacionais. (Folha de S. Paulo – Brasil - 30/03/03)

A crise da segurança pública e as Forças Armadas.

Em coluna escrita para *O Estado de S. Paulo*, Paulo de Mesquita Neto, secretário executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência, analisa duas estratégias de combate à crise da segurança pública utilizadas hoje no Brasil: uma, em execução no Estado do Rio de Janeiro, vem utilizando as Forças Armadas nas ruas e até mesmo na construção de presídios federais para conter o crime organizado. A outra, adotada pelo Estado de São Paulo, busca unir a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o governo do Estado, os municípios e a sociedade civil na prevenção da violência e do crime. Segundo a análise do secretário, a alternativa adotada por São Paulo pode ser aplicada em outros Estados e municípios com sucesso e, além disso, esta medida daria ao governo federal a oportunidade de concentrar-se no aperfeiçoamento da Polícia Federal para que esta vigie as fronteiras e investigue crimes internacionais e interestaduais. Mesquita Neto afirma, ainda, que as Forças Armadas devem ocupar-se de sua missão específica: a defesa nacional. (Folha de S. Paulo – Opinião - 30/03/03)

José Viegas defende espaço físico da área da Defesa em Brasília

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, manifestou-se favoravelmente à ocupação de quatro prédios na Esplanada dos Ministérios pelo Ministério da Defesa. Segundo José Viegas, esta é “uma organização muito complexa”, e a distribuição naqueles espaços é reflexo da existência de quatro ministérios militares no passado. O ministro diz não ser possível comportar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica em um mesmo local devido ao caráter específico de cada uma das Forças e opõe-se à proposta de que uma delas divida espaço com um ministério civil. Alguns civis protestaram, uma vez que o Bloco “O” da Esplanada, ocupado por militares, nem mesmo abriga o Comando do Exército, que fica situado no Quartel General do Exército, a cinco quilômetros do Ministério. Um ministro que preferiu não se identificar considera que não deverá haver remanejamento do

Ministério da Defesa para que se evite “criar confusão com os militares”. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 30/03/2003)

Forças Armadas vão coletar alimentos para o programa “Fome Zero”

As Forças Armadas passarão a colaborar com o programa de combate à fome do governo federal - o “Fome Zero” - a partir do dia 2 de abril. O ministro da Defesa, José Viegas Filho, assinará um convênio com o ministro da Segurança Alimentar, José Graziano da Silva, incluindo as Forças Armadas no Mutirão contra a Fome como uma das ações do programa. De acordo com o convênio a ser assinado, as organizações militares de 35 cidades do País estarão autorizadas a funcionar como postos de coleta de alimentos. Ainda, 57 organizações militares em áreas metropolitanas e em seis municípios do semi-árido receberão as doações. Os alimentos serão direcionados para as prefeituras locais, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e entidades assistenciais cadastradas pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (Mesa). Segundo o Mesa, a iniciativa das Forças Armadas não irá gerar custos, pois será utilizada a capacidade de armazenamento excedente nas bases militares e depósitos de suprimentos, além de reforçar o compromisso do Estado com a segurança alimentar dos cidadãos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/04/03)

Aniversário da “Revolução de 1964” não foi comemorado pelas Forças Armadas

Ao contrário dos últimos anos as Forças Armadas, e em particular o Exército, preferiram não expedir ordem do dia ou enviar mensagens à tropa para comemorar o aniversário do que os militares chamam de “Revolução de 31 de março de 1964”, postura adotada para evitar problemas com o novo governo, formado em sua grande maioria por integrantes que combateram ao longo de mais de 21 anos o regime instituído a partir da deposição de João Goulart da Presidência da República. O porta-voz do Exército, Augusto Heleno, informou que por decisão do comandante da Força, general Francisco Albuquerque, nenhuma palavra seria dada sobre o tema: “Vamos evitar qualquer tipo de comentário”, para “evitar discussões que possam levar a retaliações e despertar revanchismo”. E ressalva que “isso não quer dizer que o Exército se arrependa ou que tenha de pedir desculpas. É só uma lição de grandeza”. Normalmente, no dia 31 de março, todas as unidades militares fazem formatura e a ordem do dia do comandante é lida como uma mensagem que expressa o espírito dos quartéis, o que só será feito no dia em que se comemora o Dia do Exército, em 19 de abril. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu a comemoração da data, o que prevaleceu em seu primeiro mandato, quando o comandante do Exército era o general Zenildo Lucena. Nos quatro anos de seu segundo mandato, o Exército, sob o comando do general Gleuber Vieira, publicou ordens do dia e boletins enaltecendo a “Revolução de 1964”. Os senadores Aloísio Mercadante e Pedro Simon opinam que a data não deve ser comemorada, uma vez que o Brasil fez uma opção definitiva pela democracia e que a data relembra um golpe, e não uma revolução. Já o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, outro petista filho de militar, pensa o contrário: “É um fato histórico. O Brasil tem de aprender com a história”. No dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez três discursos, mas não se referiu ao 31 de março. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/03; O Globo – O País – 01/04/03)

Dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) caíram no interior de São Paulo

Dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) caíram na tarde do dia 1 no interior do Estado de São Paulo, deixando dois mortos e dois feridos. Um deles, o Tucano T-27, pertencente à Academia da FAB de Pirassununga (SP), caiu por volta das 14h30, a 11 quilômetros da cidade de São Carlos. A aeronave teria sofrido uma pane e moradores das proximidades ouviram uma explosão antes da queda. Morreram o piloto, o tenente-

instrutor Mercês e o cadete Pires. Segundo depoimentos de moradores, o piloto ainda tentou pousar num canavial, mas o avião explodiu com o impacto no solo, causando um incêndio. O corpo do cadete foi encontrado preso na cadeira ejetada a 150 metros distante da aeronave. O incêndio foi debelado por uma equipe do Corpo de Bombeiros de São Carlos. O outro acidente ocorreu também por volta das 14h30, envolvendo um avião Xavante AT-26, pertencente ao Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), que caiu durante missão de ensaio em vôo, acompanhando um caça ALX, da Embraer, em um canavial no município de Pedra Branca. O capitão-aviador Anderson de Oliveira e Silva Júnior e o primeiro-tenente Bruno Giordano de Oliveira Silva, conseguiram escapar antes do impacto no solo e foram socorridos por equipes do Corpo de Bombeiros e levados ao Hospital São Paulo, em Araraquara, e passam bem. A explosão do Xavante causou um incêndio em 8 hectares de um canavial. Equipes da Aeronáutica estão na região para investigar as causas dos dois acidentes. O Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica, por meio do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cecomsaer), distribuíram notas anunciando as quedas dos aviões e lamentando a morte dos tripulantes do Tucano. A FAB abrirá investigação para apurar as causas dos acidentes, e o laudo deve sair em 60 dias. (Folha de S. Paulo – Cotidiano - 01/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 02/04/03; O Globo - O País - 02/04/03; Correio Braziliense – Brasil - 02/04/03)

Governo federal quer integração no combate ao crime organizado

O plano de segurança que o governo federal vai apresentar aos Estados no próximo dia 7 aposta em parcerias e ações integradas para combater a violência no país, e prevê que os Estados apóiem, por escrito, o projeto defendido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição de 2002 como forma de assegurar recursos federais, pois os convênios serão o único meio de garantir aos Estados o acesso aos R\$ 281 milhões disponíveis atualmente no Fundo Nacional de Segurança Pública. Os últimos acontecimentos, como os atentados ao Rio de Janeiro, o assassinato de dois juízes e as dificuldades de transferir o traficante Luis Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar) pressionam as autoridades locais e nacional para uma parceria. O programa prevê a integração gradativa das forças policiais em um Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que seria "gerenciado" pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, além de uma lei orgânica única para as polícias estaduais e a desvinculação da Polícia Militar do Exército, já que hoje ela é força auxiliar. Como os Estados temiam perda de autonomia e o ônus político para o governo no caso de crises seria maior, o Ministério da Justiça criou os Gabinetes de Gestão Integrada, compostos por autoridades estaduais e federais. Os gabinetes envolvem serviços de inteligência e trabalho conjunto da Polícia Federal e Forças Armadas com as polícias estaduais. Está prevista a criação em todos os Estados de um gabinete, composto por membros das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das polícias estaduais, dos bombeiros e da Defesa Civil. A participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ainda está em debate. O Ministério Público e Tribunal de Justiça participarão como convidados. Os gabinetes irão deliberar sobre a condução da política de segurança pública no Estado, a integração entre os órgãos de inteligência e aplicação do dinheiro do Fundo Nacional de Segurança. Serão criadas também, em cada unidade da Federação, agências de cooperação técnica, uma espécie de representação da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A meta é criar os gabinetes e a agência de cooperação técnica em todos os Estados e no Distrito Federal até o fim do ano. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/03)

Presidente Lula falta a cerimônia militar e surpreende cúpula do Supremo Tribunal Militar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou de comparecer a uma cerimônia em que seria condecorado pelo Superior Tribunal Militar (STM) com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, neste dia 1. O gabinete do presidente enviou ao tribunal um fax comunicando que ele aceitava a condecoração, mas que não poderia comparecer à cerimônia. Sua assessoria alegou que o presidente não precisava comparecer à cerimônia e lembrou ainda que, com exceção de Fernando Collor, todos os presidentes receberam a comenda nos seus gabinetes. Em casos como esse, a medalha é entregue em cerimônia específica para esse fim, realizada no próprio tribunal ou mesmo no Palácio do Planalto. De acordo com o próprio STM e o Palácio do Planalto, a recusa de Lula em receber a medalha não tem nenhuma relação com o fato de ter sido processado pelo ex-presidente do STM, Olympio Pereira da Silva Júnior, que há 23 anos atrás pediu a prisão preventiva de Lula - na época líder metalúrgico -, por suposto crime contra a segurança nacional. O motivo do processo foi um discurso que Lula realizou no Acre, em companhia do líder seringueiro Chico Mendes, morto em 1988. Mesmo com a ausência do presidente, o tribunal condecorou o vice-presidente José de Alencar, o ministro da Defesa, José Viegas, o presidente da Câmara, João Paulo, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Nelson Pellegrino, entre outros integrantes do governo petista e da base governista. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também receberá a medalha em outra ocasião, por problemas de agenda. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/04/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/04/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 03/04/03)

Feira de Defesa faz disputa por caças voltar a se acirrar

O anúncio do adiamento pelo governo brasileiro do programa de compra de novos caças para Força Aérea Brasileira (FAB), em janeiro, não diminuiu a intensa disputa entre os consórcios que pretendem fornecer os aviões. Os sócios franceses da Embraer - donos de 14,33% do capital com direito a voto - Dassault Aviation, Thales e Snecma Moteurs, acreditam que a idéia não será postergada por muito tempo, e, que, se a escolha for técnica, eles têm grandes possibilidades de vencer a concorrência - que envolve, apenas em uma primeira etapa, cerca de US\$ 700 milhões. “Foi um falso dilema dizer que o dinheiro iria para o Programa do Fome Zero, que é, sem dúvida, mais do que justo, do ponto de vista de carências sociais brasileiras. Mas o projeto é totalmente financiado e os desembolsos só começariam apenas no médio prazo”, afirmou Alain Dauphin, diretor da Dassault Aviation. Dentro de duas semanas, representantes dos três grupos franceses e os demais concorrentes, como os suecos e ingleses, da Saab-Bae Systems e os americanos da Lockheed Martin, desembarcam no Rio de Janeiro para participar da quarta edição da Feira Latino-Americana de Defesa, a LAD 2003 (Latin American Defentech). Na feira, estarão se apresentando 250 dos principais grupos internacionais da área de defesa. Segundo as previsões da Forecast International/DMS, há uma expectativa de aumento gradual dos gastos militares na América Latina de US\$ 28 bilhões no ano passado para US\$ 32,3 bilhões até 2005. O evento contará com a presença de convidados especiais, como a ministra da Defesa da Colômbia, Marta Lucia Ramirez, e, de acordo com matéria do jornal *O Globo*, certamente funcionará como palco para acirrar ainda mais a disputa para vencer a concorrência para o fornecimento dos caças para a FAB. O Comando da Aeronáutica recebeu, no fim de 2002, parecer técnico de especialistas no assunto sobre as vantagens e desvantagens de cada proposta, mas, por decisão anunciada pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a decisão final foi adiada. (Jornal do Brasil – Economia – 02/04/03)

Exército instalará estações de tratamento de água móveis em cidade atingida por desastre ecológico

O Comando Militar do Leste informou que um grupo de militares do 1º Batalhão da Escola de Engenharia de Santa Cruz (BEsEng), do Rio de Janeiro, chegará a Campos, e deve coordenar soldados do 56º Batalhão de Infantaria Motorizada de Campos a fim de ajudar a população da cidade a conseguir água potável. A equipe precursora do BEsEng fará o reconhecimento das fontes de captação que estejam livres de contaminação e poderá pedir mais técnicos e equipamentos à sede da unidade, na Vila Militar, no Rio. As equipes darão todo apoio possível à população para conseguir água potável, procurando novos locais de captação, onde serão usadas estações de tratamento móveis usadas em operações militares. O Rio que abastece a cidade foi poluído por resíduos químicos provenientes de uma indústria de papel, cujos donos estão foragidos da polícia desde a tarde do dia 3. (O Globo – Rio - 03/04/03; Jornal do Brasil – Rio – 04/04/03)

Ministro da Defesa defende regime previdenciário específico para os militares

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, defendeu no dia 3, durante debate na Comissão Especial sobre a Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, que o regime previdenciário dos militares seja mantido como é hoje, em virtude das particularidades da carreira militar, que não prevê alguns direitos assegurados aos trabalhadores civis: não têm direito à greve, à sindicalização, à filiação a partidos políticos, são passíveis de viagens constantes, bem como não possuem remuneração extra por trabalho noturno, jornada diária de oito horas e descanso semanal remunerado. Viegas ainda ressaltou a questão do pagamento de pensão a filhas de militares, que, segundo ele, desde 29 de dezembro de 2002 não existe mais para ingressantes na carreira, e que existem regras de transição, existentes desde 2000, quando já foram feitas mudanças na previdência dos militares, e que devem ser obedecidas, bem como o fato de que os militares que queiram manter o benefício devem pagar 1,5% de seus salários. O ministro acrescentou que com esse desconto os ministérios do Planejamento e da Previdência arrecadam por volta de R\$120 milhões por ano e que hoje os gastos com pensões são de R\$ 5 milhões, mantendo-se superavitário até sua extinção em 2033. José Viegas defendeu regime próprio de Previdência para os militares, lembrando o exemplo de países como a Argentina, o Chile, a China e os EUA, a manutenção do vínculo entre a aposentadoria e o salário da ativa e a responsabilidade do Estado em fornecer recursos para a pensão e aposentadoria dos militares. Viegas disse que do total do Orçamento de sua pasta, 56% são gastos com aposentadorias e pensões dos militares; 5% com aposentadoria e pensões para civis; 35% com os militares da ativa; e 3% para civis na ativa. (O Globo - O País - 03/04/03; Jornal do Brasil – Brasil – 04/04/03; O Estado de S.Paulo – Nacional – 04/04/03; Folha de S.Paulo – Brasil – 04/04/03)

França defende presença brasileira no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

A França apoiou oficialmente na quarta-feira (02) a presença do Brasil no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A manifestação pública foi feita pelo chanceler francês, Dominique de Villepin, logo após o encontro de cerca de trinta minutos entre Villepin e o chanceler brasileiro, Celso Amorim, na sede do ministério, em Paris. Não é nova a intenção brasileira de participar do CS; data do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando reivindicou várias vezes por uma melhor representatividade do Conselho e um assento permanente para o Brasil. Celso Amorim fez questão de frisar que “não temos nenhuma visão oportunista com relação a esse assunto. Nossas posições em defesa da paz e do papel do Conselho, mesmo com a composição atual, têm sido muito claras, porque achamos que é a fonte de legitimidade para a ação internacional”. (Folha de S.Paulo – Mundo – 03/04/03)

“31 de Março” não passou totalmente no esquecimento, informou coluna

Em sua coluna no *Jornal do Brasil* o jornalista Gilberto Amaral comentou que pelo menos a cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, comemorou a data de 31 de Março (aniversário da “revolução” que instaurou o mais longo governo militar brasileiro). O colunista lembrou que foi a cidade que iniciou o movimento político-militar, no ano de 1964, sob a liderança de um civil, o então governador Magalhães Pinto. Segundo a coluna, um ex-membro do governo militar, Jarbas Passarinho, esteve na cidade para proferir, no círculo Militar, uma palestra sobre os acontecimentos de 64. (*Jornal do Brasil – Colunas – Gilberto Amaral – 04/03/03*)

Forças Armadas auxiliarão no policiamento do ponto turístico do Pão de Açúcar
O Comando do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur) pediu auxílio às Forças Armadas no caso de ataques à estação do bondinho do Pão de Açúcar, no bairro da Urca (cidade do Rio de Janeiro). Segundo a polícia, militares da Prefeitura Militar da Urca e também da Escola de Guerra Naval se prontificaram a permanecer em alerta e dar o auxílio necessário. O esquema de policiamento 24 horas em áreas turísticas teve início na quinta-feira (03). (*O Globo – Rio – 04/03/03*)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo